



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0006274-14.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Monitória - Contratos Bancários**  
 Requerente: **Banco Santander Brasil Sa**  
 Requerido: **Ednir Fernando Pelози**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

**BANCO SANTANDER S/A** propôs ação monitória contra **EDNIR FERNANDO PELOZI**. Alega, em síntese, que as partes celebraram proposta de abertura de conta integrada -PF, com limite de cheque especial renovável automaticamente, na C.C. nº 3.164000-9/agência 1730, conta essa que posteriormente foi migrada para a C.C. 01.000289-8/agência 4730. Aduz que após utilizar o crédito disponível o requerido não efetuou o pagamento. Requer o pagamento do débito (R\$ 91.929,70) ou, ainda, que seja declarada a constituição do título executivo judicial.

Inicial acompanhada dos documentos de fls. 11/95.

Ato citatório positivo, conforme certidão de fl. 98.

Embargos ofertados às fls.107/122. Alegou o réu, preliminarmente, a inépcia da inicial por falta de documentação. No mérito, disse que deve ser aplicado o C.D.C. bem como que houve a incidência de juros de forma capitalizada. Alegou, ainda, que devido à falta de documentação, não há como provar a movimentação financeira e os lançamentos efetuados na C.C., e ainda que houve abuso na cobrança das taxas de juros. Pugnou pela improcedência da ação.

Impugnação aos embargos às fls. 124/152

Laudo Pericial às fls. 803/970.

Manifestação das partes às fl. 984 e fls. 992/999.

**É Relatório.**

**Fundamento e Decido.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O feito prescinde de dilação probatória ou diligências, estando apto a julgamento, consoante o artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil.

De plano, afasto a alegação de inépcia da inicial por falta de documentos. O feito está fartamente instruído, máxime depois da prova pericial, o que é mais do que suficiente para o deslinde da causa.

Pois bem, a adequação da via monitória está pacificada, haja vista que o contrato de abertura de crédito em conta corrente não é título executivo extrajudicial, conforme a súmula nº 233 do Superior Tribunal de Justiça, *in verbis*: “*O contrato de abertura de crédito, ainda que acompanhado de extrato da conta corrente, não é título executivo.*”

Bem por isso que, consoante o disposto no enunciado da súmula n. 247 do Superior Tribunal de Justiça: “*O contrato de abertura de crédito em conta corrente, acompanhado do demonstrativo de débito, constitui documento hábil para o ajuizamento da ação monitória.*”

Nesse sentido, segundo o instrumento de fls. 19/25, o autor e o réu firmaram o contrato de abertura de crédito. Porém, alega o autor que não houve o pagamento integral, restando o débito de R\$ 91.929,70.

Para dirimir quaisquer dúvidas sobre a existência e extensão da dívida foi determinada perícia contábil.

O *expert* designado relatou que diligenciou à agência bancária para colher maiores dados das operações bancárias. Consignou que o saldo devedor até 25/02/12 é de R\$ 76.538,59 (fl. 805).

Os trabalhos periciais concluíram pela existência do débito: “*a perícia vem apresentar o saldo devedor do Cliente/Requerido junto ao Banco/Requerente, no valor de R\$ 76.538,59 (Setenta e seis mil, quinhentos e trinta e oito reais e cinquenta e nove centavos), até a data de 25/02/2012, conforme o Anexo-3.*”

O laudo pericial foi realizado dentro dos parâmetros pertinentes, atingindo seu desiderato a contento, e não foi elidido pelas partes, restando isolada a impugnação de fls. 992/999.

Assim, o pedido deve ser parcialmente acolhido, nos limites dos cálculos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

periciais, os quais homologo.

À vista dessas considerações, a parcial procedência é de rigor.

Ademais, o requerido, tendo a obrigação de informar quais seriam os equívocos da inicial, demonstrando inclusive eventuais valores devidos, manteve-se inerte, não passando de alegações genéricas e não demonstradas, o que fala por si.

Diante do exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial, bem como, nos termos do artigo 1.102-C, §3º, do Código de Processo Civil, declaro constituído de pleno direito título executivo judicial em favor do autor/embargado no valor de R\$ 76.538,59, com atualização monetária de acordo com a tabela do E. TJ/SP, desde 25/02/2012, com juros de mora de 1% ao mês, desde a citação.

Em virtude da sucumbência de monta, o requerido arcará com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor do débito, atualizado.

Transitada em julgado, e decorrido o prazo de 15 dias sem que tenha havido pagamento espontâneo, apresente o patrono do autor planilha atualizada do débito, nos termos dos arts. 475-B e 475-J, do CPC, consignando os índices utilizados e datas iniciais e finais de consideração dos cálculos, com o acréscimo da multa de 10%, requerendo o que entender pertinente para o prosseguimento, apontando, inclusive, a medida constritiva pretendida e atentando, se o caso, para o disposto no Provimento nº 2195/14 do Egrégio Conselho Superior da Magistratura. Se o caso, expedir-se-á mandado para a penhora, remoção, avaliação, sendo que a intimação se fará nos termos do § 1º, do art. 475-J, do CPC.

Ocorrendo o depósito do valor do débito exequendo sem que os executados ressalvem seu direito ao exercício da impugnação, expedir-se-á mandado de levantamento ao credor, no quinto dia útil após a intimação do exequente a respeito desse pagamento.

Deixando de ser feito o requerimento da fase de cumprimento da coisa julgada, suspendo o processo por prazo indeterminado.

PRIC

São Carlos, 18 de dezembro de 2015.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CÍVEL**

**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**